

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1005787-85.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral
Requerente:	Aparecida de Lourdes Merlini
Requerido:	Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento e outros

APARECIDA DE LOURDES MERLINI ajuizou ação contra **LUIZACRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E OUTROS**, pedindo a declaração de inexistência do débito lançado em seu nome e indenização por dano moral. Alegou, para tanto, que não se recorda de ter firmado o contrato que originou o débito existente e que não conseguiu realizar o pagamento de forma extrajudicial em razão do descaso dos réus.

Os réus foram citados e apenas Magazine Luiza S/A contestou os pedidos, aduzindo que não há prova do débito e que há outros apontamentos em nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A autora alegou que não conseguiu obter um empréstimo junto à instituição financeira Itaú Unibanco S/A em razão da existência de um débito lançado em seu nome, no valor de R\$ 7,47, sendo que não se recorda do contrato que lhe deu origem. Afirmou, ainda, que realizou diversas diligências para pagar o débito, contudo nenhum dos réus assumiu a titularidade do crédito e aceitou receber a respectiva quantia.

O documento de fls. 20 refere uma suposta dívida de R\$ 7,47, em desfavor do titular do CPF 086.368.048-84, correspondente a "CDC LuizaCred".

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A contestante confirma a inexistência de relação jurídica de débito e crédito mas não explica a origem dessa informação, que se tem por verdadeira, de dívida pendente. Portanto, acolhe-se o pleito declaratório de inexistência, para eliminar a dúvida, até mesma contradição, entre o documento e a alegação da suposta credora.

Refiro, ainda, a existência de relação contratual com Magazine Luiza (v. Fls. 25 e 27/28), ainda assim não proporcionando esclarecimento pleno, da contestante, a respeito de qualquer pendência.

Mas não identifico dano a direito da personalidade da autora, senão um simples conflito jurídico, a respeito de determinada relação jurídica.

Enfatizo, ainda, que não houve inscrição do nome da autora em cadastro devedores.

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido** e declaro a inexistência de relação jurídica de débito e crédito entre a autora e os réus, no tocante a esse valor de R\$ 7,47, mas rejeito o pedido indenizatório por dano moral.

Condeno os réus ao pagamento de metade das custas processuais e dos honorários advocatícios da patrona da autora, fixados em R\$ 500,00. Condeno a autora ao pagamento de metade das custas processuais e dos honorários advocatícios da patrona da contestante, fixados em R\$ 500,00, vedada a compensação da verba honorária e suspensão a execução no tocante a ela, autora (CPC, art. 98, § 3º).

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 17 de janeiro de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA